

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1019542-16.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **JOSE ADOLPHO SEPE**  
 Requerido: **FLIGHT TRANSPORTES LTDA ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Josué Adolpho Sepe propôs a presente ação contra a ré Flight Transportes Ltda Me, pedindo a condenação desta no pagamento na importância de R\$ 827,00 com correção monetária desde 10 de agosto de 2.015, e juros de mora de 1% ao mês.

A ré foi citada às folhas 34, não oferecendo resposta (folhas 35), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, diante da revelia da ré, nos termos do artigo 355, II do Código de Processo Civil.

Procede a causa de pedir.

Trata-se de ação de cobrança referente ao serviço de despachante prestado pelo autor a ré, relacionados a transferência de propriedade, licenciamento com pagamento de taxas, pagamento do seguro DPVAT, pagamento de um par de placas (targetas) e o pagamento de uma multa, referentes ao veículo M. Benz/L, placa BSG-3943, totalizando a quantia de R\$ 827,00.

A ré com intuito de quitar sua obrigação valeu-se de um cheque emitido por terceiro (Bar e Merceria Guritango Ltda Me), nº 000051. Aduz o autor que o referido cheque foi devolvido por duas vezes pela instituição financeira sacada, sendo que após isso o autor procurou pela ré, a fim de que ela quitasse o débito, porém não obteve êxito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não há como impor ao autor a produção de prova negativa, tendo em vista que compete àquele que paga comprovar a regular quitação, a teor do que dispõe o artigo 319 do Código Civil.

Assim sendo, de rigor a aplicação do disposto no artigo 319 do Código Civil, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados pela autora.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, condenando a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 827,00, com atualização monetária desde 10 de agosto de 2.015 e acrescida de juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com a atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 12 de maio de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**